



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA ALÉXIA OLIVEIRA SANTOS

**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM GUARABIRA: Implicações para a
formação da identidade de crianças**

-

**GUARABIRA
2025**

MARIA ALÉXIA OLIVEIRA SANTOS

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM GUARABIRA: Implicações para a formação da identidade de crianças

-

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Área de concentração: Formação Docente e
Identidade: Gênero sexual, geracional, étnico-racial

Orientadora: Profa. Dra. Maria Julia Carvalho de Melo.

GUARABIRA
2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Maria Aléxia Oliveira.
Representatividade negra nos materiais didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental em Guarabira [manuscrito] : implicações para a formação da identidade de crianças / Maria Aléxia Oliveira Santos. - 2025.
29 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Maria Julia Carvalho de Melo, Departamento de Educação - CH".

1. Livro didático. 2. Representatividade negra. 3. Identidade. 4. Ensino fundamental. I. Título

21. ed. CDD 371.32

MARIA ALÉXIA OLIVEIRA SANTOS

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM GUARABIRA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em: 05/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sheila Gomes de Melo** (***.770.504-**), em **08/06/2025 17:17:14** com chave **9143859244a511f0b70706adb0a3afce**.
- **Bruno Mota Braga** (***.833.874-**), em **07/06/2025 23:59:18** com chave **91c50d06441411f0ac772618257239a1**.
- **Maria Julia Carvalho de Melo** (***.072.654-**), em **07/06/2025 23:42:26** com chave **368c87c2441211f09fe81a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 08/06/2025

Código de Autenticação: f142da



Dedico a Deus, que me sustentou nos dias difíceis e me guiou quando os passos pareciam perdidos nessa jornada. A adolescente que um dia fui, que mesmo insegura, mesmo quando a esperança parecia acabar, moveu-se na persistência de seguir em frente. Aos meus pais por ser meu chão, meu abrigo, e a todos que carregam no peito o desejo de transformar a própria história através dos estudos, persistir e não desistir.

“Somente quando esta literatura incorporar a visão de mundo e a perspectiva do ser negro é que ela poderá dar, à criança negra, a possibilidade de tornasse um interlocutor neste processo de comunicação " (Negrão, 1987, p. 87).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|------------------------------|----|
| Foto 1 – | Atividade Material EPV | 21 |
| Foto 2 – | Atividade Material EPV | 23 |
| Foto 3 - | Atividade Material EPV | 25 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| COLTED | Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático |
| CNLD | Comissão Nacional do Livro Didático |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| EPV | Educar Pra Valer |
| FENAME | Fundação Nacional de Material Escolar |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| PIBID | Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 12 |
| 2.1 | A historicidade da constituição da população negra no Brasil | 12 |
| 2.2 | Construção da identidade | 14 |
| 2.3 | O livro didático | 17 |
| 3 | METODOLOGIA | 18 |
| 4 | ANÁLISE DOS DADOS | 20 |
| 4.1 | Reflexões sobre o material didático de Guarabira: impactos do Programa Educar Pra Valer na educação pública..... | 19 |
| 4.2 | Representação da pessoa negra no material didático de Guarabira-PB: silenciamentos, estereótipos e possibilidades de resistência | 22 |
| 4.3 | A Construção da Identidade Negra na Escola e na Sociedade | 26 |
| 5 | CONCLUSÃO | 27 |
| | REFERÊNCIAS | 28 |

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM GUARABIRA: Implicações para a formação da identidade de crianças

BLACK REPRESENTATION IN ELEMENTARY SCHOOL TEXTBOOKS IN GUARABIRA: Implications for children's identity formation

Autora: Maria Alexia Oliveira Santos¹
Orientadora: Maria Julia Carvalho de Melo²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a representação de pessoas negras nos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental e o seu papel na constituição da identidade de crianças negras. Esse objetivo foi detalhado nos seguintes objetivos específicos: identificar como as pessoas negras são representadas nos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental; refletir se as narrativas vinculadas às imagens de pessoas negras nos livros didáticos reforçam ou desafiam estereótipos; compreender como as representações de pessoas negras nos livros didáticos podem contribuir com a formação da identidade de crianças negras. Para atender a esses objetivos, a pesquisa discute teoricamente como os livros didáticos, instrumentos pedagógicos amplamente utilizados nas escolas, desempenham papel central na construção de narrativas, valores e referenciais identitários (Pinto, 1987; Cavalleiro, 1998). Além disso, reflete como a historicidade da constituição da população negra no Brasil (Reis, 2000) impacta como esse grupo é percebido ainda hoje (Santos, 2001). Metodologicamente, a pesquisa se vincula a uma abordagem qualitativa, desenvolvendo uma pesquisa documental nos materiais didáticos adotados no município de Guarabira-PB, através do Programa Educar Pra Valer. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) os dados foram analisados e indicam que, apesar de avanços após a promulgação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), a representação da população negra em materiais didáticos ainda é limitada. Tal limitação impacta negativamente o processo de identificação e valorização da identidade das crianças negras, podendo contribuir para a reprodução do racismo estrutural no ambiente escolar. Conclui-se que é urgente promover a inclusão de narrativas plurais e positivas sobre a população negra nos materiais pedagógicos, bem como investir na formação docente antirracista. Assim, será possível fortalecer a autoestima das crianças negras e contribuir para a construção de uma educação mais equitativa, crítica e democrática.

Palavras-Chave: Livro didático; Representatividade negra; Identidade; Ensino Fundamental.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da universidade estadual da Paraíba/UEPB - campus III.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Professora do Departamento de Educação - Curso de Pedagogia da UEPB/Campus III.

ABSTRACT

This study aims to analyze the representation of black individuals in elementary school textbooks and their role in shaping the identity of black children. This overall goal is broken down into the following specific objectives: to identify how black people are portrayed in textbooks used in the early years of elementary education; to reflect on whether the narratives associated with images of black individuals in these materials reinforce or challenge stereotypes; and to understand how such representations may contribute to the identity formation of Black children. To achieve these objectives, the research draws on theoretical discussions about the role of textbooks — as widely used pedagogical tools — in constructing narratives, values, and identity references (Pinto, 1987; Cavalleiro, 1998). It also reflects on how the historical formation of the black population in Brazil (Reis, 2000) continues to shape contemporary perceptions of this group (Santos, 2001). Methodologically, the study adopts a qualitative approach and carries out a documentary analysis of the textbooks used in the municipality of Guarabira-PB, distributed through the *Educar Pra Valer* Program. Using Bardin's (2011) Content Analysis, the data reveal that, despite advances following the enactment of Law 10.639/2003 (Brasil, 2003), the representation of the black population in educational materials remains limited. This limitation negatively affects the processes of self-identification and the affirmation of Black children's identities, and may contribute to the reproduction of structural racism within the school environment. The study concludes that there is an urgent need to incorporate plural and positive narratives about the black population in pedagogical resources and to invest in anti-racist teacher education. Such measures are essential to strengthen the self-esteem of black children and to promote a more equitable, critical, and democratic educational system.

Keywords: Educational Textbook; Black Representation; Identity; Elementary school.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de analisar a representatividade de pessoas negras nos livros didáticos escolares destinados aos anos iniciais do ensino fundamental, levantando questionamentos sobre a importância da seleção de materiais didáticos para a educação escolarizada. Assim, compreende-se que as crianças podem ser influenciadas pelas narrativas, informações e imagens que encontram no seu dia a dia, através da mídia, novelas e redes sociais, que podem apresentar determinados grupos sociais de maneiras pejorativas.

Quando falamos sobre pessoas negras, essas informações e imagens veiculadas precisam ser questionadas, uma vez que ao longo da história brasileira fomos nos constituindo a partir de uma visão eurocêntrica de mundo com valores culturais, sociais e o modo de produção epistemológica baseada na Europa. Isso tem uma repercussão em como construímos nosso padrão de beleza, de vida bem-sucedida. Dessa forma, considera-se que a escola possa ser capaz de ampliar a leitura de mundo, contribuindo para uma sociedade mais democrática e menos preconceituosa.

Diante disso, a necessidade e o interesse de desenvolver essa pesquisa surgiu quando me deparava, enquanto estudante do ensino fundamental e médio, com a pouca representatividade negra nos livros didáticos. Além disso, quando pessoas ou personagens negras apareciam nos livros, notava que elas eram frequentemente representadas em forma de vulnerabilidade social ou com empregos que muitas vezes eram análogos a escravidão, enquanto pessoas de outras etnias, principalmente brancos, eram representadas com os melhores empregos e com as melhores condições de vida. Isso me fazia refletir sobre as alusões estereotipadas de determinados grupos populacionais e como isso contribuiu (e ainda contribui) com compreensões sobre a inferioridade desses grupos.

Atualmente, é importante que a escola reconheça seu papel na superação de preconceitos, nomeadamente do racismo. As instituições educacionais precisam reconhecer que estão intrinsecamente ligadas à sociedade e por isso as relações sociais também são espelhadas nesses espaços. Sendo assim, torna-se papel fundamental da instituição escolar trabalhar as mais diversas questões raciais dentro da sala de aula no intuito de promover igualdade e conscientização para modificar e apontar mudanças nas atitudes dos alunos, almejando o combate a qualquer forma de preconceito, e especificamente o combate ao racismo.

Nessa direção, as instituições educacionais vêm sendo recentemente estimuladas a trabalhar com uma educação voltada para as relações étnico-raciais inclinada para a conscientização e para a resolução dos mais variados problemas e conflitos que podem surgir tanto no corpo docente, quanto discente da escola. Este fato ocorreu principalmente por causa da modificação do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Base (LDB) onde foi atribuída a implementação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e posteriormente a Lei nº 11645/08 (Brasil, 2008). Essas legislações são importantes, pois definem que os conteúdos referentes à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, devem ser incluídos nos currículos educacionais no intuito de ampliar os saberes dos alunos e reduzir a desigualdade racial existente no país.

Entretanto, observa-se um paradoxo preocupante quando analisamos a adesão de municípios da Paraíba ao Programa Educar pra Valer (EPV)³. Esse programa, inspirado no modelo de Sobral (CE), tem como foco o ensino da leitura, escrita e matemática, objetivando aumentar os índices de alfabetização dos municípios. Dessa forma, ele tem sido criticado por produzir e aplicar materiais didáticos padronizados, sem considerar a diversidade sociocultural e racial do país.

³ Atualmente 13 municípios do estado da Paraíba assumem o Programa Educar Pra Valer.

Sendo assim, isso significa que, mesmo com a Lei 10.639/03 em vigor, os materiais usados pelo EPV não contemplam conteúdos étnico-raciais de forma estruturante, o que resulta em uma contradição grave, os municípios, ao mesmo tempo que são legalmente obrigados a promover uma educação antirracista, adotam um programa que ignora essa responsabilidade em sua proposta pedagógica.

Mediante a isso, mesmo com a modificação legal, as discriminações raciais ainda estão presentes no contexto escolar em práticas racistas do cotidiano, onde os alunos pretos sofrem violência verbal e até mesmo física por causa da sua cor de pele. Um exemplo disso pode ser dado em um caso recente, de março de 2024, onde uma menina de 12 anos foi hostilizada fisicamente e verbalmente por cinco outras crianças dentro de uma escola de ensino fundamental da rede municipal da cidade de Novo Horizonte no estado de São Paulo (Assis, 2024).

Essa violência pode partir não só dos colegas de classe, mas também dos professores quando não intervêm nos casos em que seus estudantes negros são vitimizados em sala de aula, ou quando apresentam materiais didáticos que possuem um conteúdo que desrespeita a população negra e propaga um estereótipo de inferioridade.

De acordo com Santos (2005, p. 43), a “discriminação racial é conceituada como uma negação dos direitos e posições a alguém pelo simples fato de pertencer a um conjunto de indivíduos portadores de características inatas que o estigmatiza socialmente”. Sendo assim, a discriminação racial também tem a característica de supervalorizar determinadas culturas da mesma forma que menospreza outras, ajudando a consolidar a ideia de que algumas etnias são superiores a outras. Isso pode fazer com que alunos brancos se sintam superiores a alunos pretos e estes últimos desenvolvam um sentimento de inferioridade.

Mediante essa problematização, surgiu a presente pesquisa que busca responder: como as pessoas negras são representadas nos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental e o seu papel na constituição da identidade de crianças negras? Para responder a essa pergunta, tem-se como objetivo geral: analisar a representação de pessoas negras nos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental e o seu papel na constituição da identidade de crianças negras. Esse objetivo foi detalhado em três objetivos específicos, quais sejam: identificar como as pessoas negras são representadas nos livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental; refletir se as narrativas vinculadas às imagens de pessoas negras nos livros didáticos reforçam ou desafiam estereótipos; compreender como as representações de pessoas negras nos livros didáticos podem contribuir com a formação da identidade de crianças negras.

Para discutir as questões raciais dialogamos com os autores como Cavalleiro (2001), Guimarães (1999) e Gonçalves (2000), dentre vários outros que nos auxiliaram a fundamentar a discussão proposta; e para entender o papel do livro didático refletimos a partir de ideias de autores como Silva (2005) e Gomes (2009) que nos mostraram uma análise mais profunda sobre o impacto do livro didático na construção da identidade do indivíduo. Por fim, enquanto percurso metodológico, realizamos uma pesquisa qualitativa onde desenvolvemos uma pesquisa documental dos livros didáticos do município de Guarabira-PB utilizados nos anos iniciais do ensino fundamental.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A historicidade da constituição da população negra no Brasil

No Brasil as características identitárias historicamente mais valorizadas são as que se assemelham ao homem branco, mais especificamente o branco europeu. Isso se deve à própria formação do país marcado pela colonização de tipo exploratória, responsável pelo sequestro de grupos populacionais forçados ao trabalho escravo. Dessa forma, a população brasileira

originou-se através de povos europeus que aqui chegaram para colonizar a região, indígenas que aqui já faziam morada e africanos trazidos\traficados para servirem de mão de obra escrava. Esses colonizadores quando começaram a povoar as américas traziam consigo uma ideia de superioridade racial onde justificavam suas ações a partir das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, produzindo nesse novo espaço conquistado uma experiência que não marcou apenas um recorte geográfico, mas sim todo o território brasileiro, que seria a escravidão (Quijano, 2005). Assim, Alencastro (2018) salienta que

a escravidão no Brasil, configurou-se como uma prática nacional fazendo com que nosso país fosse o que mais sequestrou pessoas africanas nas américas, marcando até hoje a estrutura social, política, econômica e cultural brasileira. Ao todo foram três séculos de escravidão onde a grande maioria dessa população foi trazida compulsoriamente do continente africano resultando em desigualdade social e racial ainda presente no Brasil atual. (Alencastro, 2018).

Assim, apesar de fazer 136 anos da abolição da escravatura no Brasil, os descendentes pretos e pardos desses escravos lidam com um racismo estrutural que os nega de condições sociais equitativas, sendo estrutural pois ocorreu e ocorre na construção da sociedade brasileira como um concreto que dá base e sustentação para a estrutura social, política e econômica desse país. Essa característica do racismo está presente constantemente no cotidiano dos brasileiros e brasileiras manifestando-se em hábitos, situações, falas e pensamentos. Sua naturalização contribui diretamente, ou indiretamente, para a promoção do preconceito e da segregação racial.

Um exemplo bastante recente que podemos citar a respeito da estruturação do racismo é o da redação do ENEM de 2024 que tinha como tema principal: “Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”. De acordo com a matéria do site g1 (2025), apenas 12 candidatos conseguiram obter a nota máxima de 1000 pontos, representando o menor número de pessoas que tiveram essa nota em uma década (Casemiro; Santos, 2025).

Diante disso, evidencia-se que esta temática ainda é pouco discutida nas escolas e quando se aborda a valorização da herança africana no Brasil, muitas vezes o tema é apresentado de forma rasa, sem aprofundamentos. Isso pode resultar no desconhecimento das heranças africanas, o que, por sua vez, leva à desvalorização desses conhecimentos essenciais para a construção da identidade negra, negando sua importância e as contribuições fundamentais para a história do Brasil.

Segundo Reis (2000), o Brasil é um país que teve a escravidão como base de sua formação social, tendo sequestrado e escravizado mais de 4 milhões de africanos negros entre 1550 até 1888, quando foi instituída a abolição da escravatura. A abolição, no entanto, pouco contribuiu para a justiça social e racial do país, pois não foram implementadas políticas públicas que garantissem condições dignas de moradia, alimentação e educação para essas pessoas, que muitas vezes foram forçadas a permanecer em situações de exploração. Dessa forma, a estrutura social e política que os excluía permaneceu intacta.

A mão de obra escrava foi rapidamente descartada e substituída pela de imigrantes europeus e os brasileiros de origem africana foram abandonados à mercê da sorte. De acordo com Fernandes (2007, p.56) eles “perderam o único ponto de referência que os associava ativamente à nossa economia e a nossa vida social e como consequência, viram-se como ‘párias’ da sociedade”. Dessa maneira, ao negro apenas restou a possibilidade de se desenvolver como cidadão sem classe, pois não tinha nem onde trabalhar, nem onde dormir, originando daí o desenvolvimento de uma identidade atrelada a valores socialmente considerados negativos, alimentados cada vez mais ao decorrer de décadas pelo preconceito e pela discriminação.

Mediante a isso, no Brasil, o preconceito racial foi historicamente desenvolvido através do primeiro momento de interação entre um grupo étnico dominante, o colonizador europeu, e

os demais grupos dominados que não eram caucasianos (Maringoni, 2011). Isso ocorreu por causa da visão eurocentrista do mundo, na qual o europeu acreditava que sua concepção de mundo era superior a qualquer outra. Em decorrência disso, diversos grupos étnicos foram estigmatizados, sendo caracterizados como inferiores física, intelectual e culturalmente, o que serviu para justificar sua dominação.

Nesse cenário, os grupos dominados passam a duvidar de si mesmos, legitimando o processo de dominação étnica. Esses estereótipos criados geram diversos preconceitos que por sua vez promovem a exclusão dos indivíduos que não pertencem a tais grupos. Como afirma Silva (2008, p. 17) os estereótipos promovem

[...] a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, auto-rejeição e a baixa auto-estima que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. É necessário refletirmos até que ponto os estereótipos criados pela cultura Ocidental como padrões podem influenciar na invisibilidade de outras etnias.

Segundo Florestan Fernandes (1978), o preconceito proveniente da cor é uma categoria histórico-sociológica construída e disseminada pelos brancos, porém é comumente compartilhada e legitimada pelos próprios não brancos que sofrem esses preconceitos e estereótipos, principalmente quando são reafirmados na organização da sociedade e suas instituições. Como foi citado anteriormente, nas américas, o Brasil foi o país a escravizar o maior número de africanos e a última nação a abolir essa escravidão, porém essa abolição pode ser considerada como um gesto político que contribuiu para a desigualdade social e racial no país, uma vez que não havia nenhum plano voltado para a integração do ex-escravo na sociedade brasileira (Santos, 2001).

Em decorrência disso, no Brasil mesmo após a abolição da escravatura ao passar dos anos e do desenvolvimento econômico, social e cultural, podemos observar diversos preconceitos e práticas racistas de violência física, verbal e simbólica contra pessoas negras nas mais diferentes esferas. Isso é resultado do racismo estrutural, uma herança direta da escravidão. Embora a escravidão tenha sido abolida em 1888, não foram implementadas políticas públicas eficazes de reparação ou de inclusão da população negra na sociedade. Como destaca Silvio Almeida (2019), “o racismo estrutural é uma forma de racismo que estrutura a sociedade, moldando suas instituições, práticas e representações”. Em outras palavras, o problema não reside apenas nas pessoas, mas na forma como o Estado, as leis, o sistema educacional e o mercado de trabalho operam.

2.2. Construção da identidade

Podemos considerar que a construção da identidade se demonstra como um processo bastante complexo, ocorrendo em diferentes níveis da construção do indivíduo, principalmente em sua infância. De acordo com Oliveira (1996), a identidade começa a desenvolver-se através de identificações sociais, culturais, profissionais entre outras, sendo condicionadas pelo fator social que agrega valor mediante a normas, leis, hábitos, religião e preconceitos em que a pessoa está inserida sendo determinantes para esse desenvolvimento.

Sendo assim, os pais são considerados como o primeiro modelo de identificação, é primeiramente através deles que começamos a desenvolver todas as características de nossa identidade. Segundo Oliveira (1996), nessa relação existe uma característica denominada de enunciados identificatórios que refletem na criança todos os valores, expectativas e interdições de seus pais, os fazendo reproduzir e compactuar com os mesmos hábitos e ideias por mais errôneas que possam ser.

De acordo com o referencial da psicologia, a noção de identidade surge mediante a continuidade de sua individualidade, em outras palavras, cada indivíduo possui uma noção de distinguir-se de qualquer outra pessoa, permitindo-se absorver diversos conceitos e hábitos primeiramente do seu ambiente familiar, posteriormente e continuamente da sociedade e do mundo e objetivá-los para compreender e reproduzi-los a própria maneira. Segundo Dubar (2018, p. 180):

O uso psicológico da noção de identidade permanece em parte essencialista na medida em que se assenta na crença da unidade de um sujeito individual dotado de uma consciência de si, do sentimento de uma identidade frequentemente assimilada a uma personalidade estável ou a um caráter único que o define singularmente.

Mediante a isso, podemos pressupor que a identidade é uma construção personalizada e gradativa do indivíduo sendo um processo extremamente dinâmico recheado de experiências, sentimentos e vivências próprias e coletivas através de uma contínua relação do ser humano consigo mesmo, com outras pessoas, com a sociedade, cultura e natureza que os rodeiam.

Assim, a preocupação com a discussão social e psicológica acerca da construção da identidade do sujeito demonstra-se bastante importante para esse artigo, pois é nos primeiros anos do indivíduo que boa parte do seu pensamento será moldado e produzido. Nesse processo, as pessoas e o ambiente com os quais ele entra em contato, inicialmente na família e, posteriormente, no contexto social, como a escola, desempenham papéis fundamentais no seu desenvolvimento.

E essa importância ocorre mediante o simples fato de que uma família proveniente de uma cultura escravocrata e preconceituosa pode transmitir essas ideias de forma estruturada, moldando o pensamento do indivíduo e naturalizando comportamentos racistas no cotidiano. Isso pode contribuir para que mesmo pessoas negras reproduzam esse comportamento com seus semelhantes, muitas vezes sem perceber, devido uma sociedade que constantemente privilegia modos de ser e estar no mundo da pessoa branca. Além disso, livros didáticos frequentemente retratam o negro em situações de vulnerabilidade social, havendo uma falta de representatividade para a sua construção da identidade.

Como vimos anteriormente, no Brasil existem leis que obrigam as escolas a trabalhar as relações étnico-raciais (Brasil 2003; 2008) e a importância de valorizar a história de diferentes culturas, com o objetivo de diminuir e até mesmo extinguir o racismo, que está estruturado em nossa sociedade há tantos anos. Isso pode ser alcançado através do investimento em processos educativos que ensinem a criança branca a não se sentir superior ao colega negro, e este último a não se sentir inferiorizado. Entretanto, são vários os fatores que acabam por dificultar e deixar complexo todo o processo de identificação racial do brasileiro.

Por exemplo, é comum observar que cada pessoa tem uma percepção sobre si diferente do outro, o que faz com que indivíduos considerados brancos sejam vistos como negros por outros. O próprio processo de miscigenação por que passou o país contribui para isso. Como nos identificamos racialmente difere de países como os Estados Unidos, por exemplo, em que a segregação racial se materializou através da separação física entre negros e brancos. Vale a pena ressaltar, que diversas são as discussões e denominações para caracterizar essas duas raças, porém, nesse artigo trabalhamos a ideia de que o branco e o negro são construções socialmente moldadas mediante uma dinâmica de relações sociais pautadas por estereótipos e preconceitos, onde tal processo acaba por gerar a subjetividade da inferioridade da pessoa negra perante a pessoa branca (Ferreira; Camargo, 2011).

Sendo assim, a percepção da identidade racial no Brasil é marcada por uma complexidade histórica e social que se distingue de outras realidades, como a norte americana. O Brasil é um país miscigenado que se constituiu diante de uma política (informal) que incentivou o branqueamento da população. Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande &*

Senzala (1933), foi um dos primeiros intelectuais a levantar a pauta da miscigenação como um elemento essencial na formação de uma identidade nacional. Para ele o Brasil foi construído a partir de relações harmônicas entre as três raças (branco, negro e indígena), consolidando uma ideia de democracia racial, ou mito da democracia racial, onde a mistura de diversas raças, retiraria do país qualquer resquício de racismo e desigualdade racial.

Como explica Ferreira e Camargo (2011), a crítica a esse mito é essencial para compreender o racismo estrutural no país, pois, as características “branco” e “negro” são construções sociais moldadas por estereótipos e relações de poder, e não meramente biológicas. Nesse contexto, a miscigenação não eliminou o racismo, mas o tornou mais sutil e subjetivo, sendo difícil de identificá-lo em situações cotidianas. Assim, o racismo é frequentemente negado no Brasil. Em exemplo recente, a cantora Luiza Sonza foi acusada de racismo quando estava fazendo um show em Fernando de Noronha e “ordenou que Isabel Macedo de Jesus, advogada que estava passando as férias no local, pegasse uma água para servi-la” (Silva, 2022). O fato de Luiza pedir água para uma das únicas pessoas negras do lugar denota a compreensão de que Isabel só poderia estar ali na condição de empregada. Para muitos brasileiros, essa situação não configurava racismo, exatamente porque não conseguem identificar essas formas de violência simbólica que são mais sutis. Dessa forma, refletir sobre como o racismo estrutural influencia na constituição tanto da identidade do povo brasileiro, de modo geral, como na identidade de pessoas negras, é necessário.

De acordo com D’ Adesky (*apud* Ferreira; Camargo, 2011), o modo de vida e o status social também são fundamentais para determinar a classificação da cor em relação a pessoas afrodescendentes ou caucasianos. Nesse âmbito, torna-se comum observarmos pessoas pardas com uma posição social elevada serem consideradas brancas, diferentemente de uma pessoa com as mesmas características, mas desprovida de bens, ser considerada negra, o que demonstra que a identidade também é constituída a partir das relações entre raça e classe social. De acordo com Teixeira (*apud* Freitas; Cecato, 2017, p. 9):

a definição de raça, do ponto de vista sociológico, deve considerar as violências e desigualdades legitimadas por essa construção histórica, que determina lugares sociais para sujeitos que detêm determinadas características. Além disso, deve-se identificar conteúdos de classe, conteúdos políticos, étnicos, territoriais, fenotípicos, entre outros, que influenciam na articulação analítica do conceito, assim como no processo de formação da identidade racial do indivíduo, de modo a promover e subsidiar o desenvolvimento de práticas políticas, sociais e educacionais que combatam a desigualdade estruturada sobre o fenômeno social racial da humanidade.

Assim, consideramos juntamente com Gomes (2005) e D’ Adesky (2001), o termo raça com uma categoria socialmente construída fruto de relações sociais desiguais de poder, sendo utilizada para referenciar, tipificar e classificar os mais diversos indivíduos e suas mais diversas características fenotípicas perceptíveis, embora tal denominação seja comumente utilizada para referenciar processos de discriminação e exclusão social.

Associado a isso, o conceito de preconceito racial, nos permite entender a tentativa de roubo da identidade cultural e o desejo de pertencimento de quem sofre preconceito. Isso faz com que pessoas negras deixem suas raízes de lado, renegando sua própria identidade, a partir de valores construídos e disseminados culturalmente, edificados e desenvolvidos através da socialização. Assim, “a discriminação racial seria a manifestação comportamental que limita ou impede o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantém os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes dos grupos discriminado” (Ferreira; Camargo *apud* Santos, 2001, p.75).

Por fim, a construção identitária envolve diversos e importantíssimos fatores complexos, entendendo-se como uma construção contínua de experiências individuais e coletivas que se relacionam. Essa característica do indivíduo demonstra-se extremamente

importante para a construção de uma sociedade livre das correntes do racismo. Para isso, é necessário incentivar as novas gerações de pessoas brancas a não se sentirem superiores e as pessoas negras a não se inferiorizar, por meio de uma representatividade positiva e respeitosa nas diversas esferas de comunicação e socialização.

2.3 O livro didático

De acordo com a Constituição Federal de 1937 do Brasil, o livro didático passou a ser integralizado no sistema educacional mediante a uma sucessão de leis e medidas governamentais (Brasil, 1937) sendo oficialmente o primeiro decreto que se preocupou com a aquisição, organização e disseminação desse material o de nº 1.006, de 10/12/1938. Essa legislação influenciou na criação de órgãos como o COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático), CNLD (Comissão Nacional do Livro Didático) e FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar) que ficaram como responsáveis por essa disseminação no âmbito governamental. Sendo assim, os livros didáticos foram moldando os seus conteúdos através do contexto social, político e econômico, no qual a sociedade e o governo estavam inseridos em determinado recorte histórico.

No ano de 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) através do decreto Nº 91.542 (Brasil, 1985), que estabeleceu a necessidade de:

indicação dos livros pelos professores; reutilização do livro, implicando a abolição do descartável; aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando à maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias. (Brasil, 2018).

Porém, foi só a partir de 1993 que o Ministério da Educação começou a preocupar-se com a qualidade do conteúdo que estava inserido nesses materiais fazendo com que o PNLD agisse e escolhesse os mesmos de forma mais rigorosa no cumprimento de suas obrigações pautadas pela lei. Segundo as pesquisadoras Thaise da Silva e Ana Paula Bolzan, (2022, p.383) “a forma como recebemos hoje o (PNLD) teve início no ano de 1993, quando o MEC determinou um conjunto de profissionais especialistas para analisar as obras das séries iniciais do ensino fundamental [...]”.

Mediante a isso, fazemos um comparativo com a problemática aqui debatida, onde as associações da pessoa negra com qualidades e adjetivos que as desvalorizam em nossa sociedade ocorrem de diversas formas e nos mais variados contextos, e no ambiente escolar não seria diferente. Um dos primeiros trabalhos acadêmicos no Brasil que observou esse comportamento no contexto escolar, mais precisamente nos materiais didáticos, foi o de Regina Pahim Pinto em 1987, que ao analisar os livros escolares verificou que os personagens negros quando apareciam eram frequentemente vistos como escravos, pessoas humildes, empregadas domésticas, cortadores de cana, pobres dentre vários outros segmentos sociais inferiores (Pinto, 1987).

Sendo assim, ela chegou à conclusão que os materiais didáticos escolares acabam associando os negros a segmentos sociais considerados de menor valia, no que resultava em uma baixa autoestima do indivíduo negro mediante uma visão estereotipada sobre suas características pessoais. Cavalleiro (1998) foi outra autora que realizou pesquisas deste cunho, pois ao investigar uma determinada escola municipal de educação infantil constatou e denunciou aspectos prejudiciais que ocorriam naquele espaço escolar, verificando a ausência de cartazes, fotos ou livros infantis que pudessem mostrar a existência de crianças negras na sociedade brasileira.

De acordo com as análises da autora, essas situações acabam por alimentar a ideia de uma suposta superioridade branca, contribuindo para o desejo por parte dessas crianças, para pertencerem ao grupo branco, fazendo com que elas rejeitem suas próprias características. Isso fica evidente em diversas mudanças estéticas e de comportamento, como por exemplo, o fato de crianças femininas quando estão ingressando no ensino fundamental, alisarem seus cabelos na tentativa de pertencer ao padrão que observam ao seu redor no ambiente escolar.

Através dessa reflexão a respeito do histórico do material didático no Brasil, podemos fazer um comparativo com o material distribuído no ensino fundamental anos iniciais da cidade de Guarabira\PB, escolhida como campo de estudo. O material encontrado nas escolas municipais, especificamente dos anos iniciais do ensino fundamental do município, desde 2023 têm sido as apostilas produzidas pelo Programa Educar Pra Valer (EPV). Conforme observado na experiência de estágio supervisionado, os professores têm utilizado os livros didáticos fundamentalmente para atividades para casa, enquanto as apostilas que focam nos componentes curriculares de Português e Matemática, têm sido utilizados em sala de aula. Por isso, neste estudo, apesar de entendermos que as apostilas não se configuram no mesmo modelo que os livros didáticos analisados e aprovados no PNLD, elas foram analisadas, tendo em vista que estão sendo utilizadas diariamente pelos professores enquanto principal recurso didático pedagógico e tem assumido a função dos livros didáticos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para orientar este artigo foi a pesquisa qualitativa, que nos auxilia na compreensão de fenômenos sociais, como comportamentos e experiências. Ela permite um aprofundamento detalhado e subjetivo sobre o tema problematizado, dando significado à forma como as pessoas compreendem e interpretam o mundo ao seu redor. De acordo com Brandão (2001, p. 13):

a pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

Também utilizamos a pesquisa documental, que nos permitiu acessar e compreender conteúdos presentes nos materiais didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental no município de Guarabira-PB. A escolha por Guarabira-PB se justifica por sua relevância no contexto do brejo paraibano, onde se destaca como cidade polo regional, exercendo papel central na formação de professores, sobretudo por meio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que atende majoritariamente os educadores da região.

Além disso, o município de Guarabira-PB foi escolhido por ter passado a integrar, em 2023, o Projeto Educar Pra Valer (EPV), cuja proposta é fortalecer o ensino de Língua Portuguesa e Matemática. O projeto tem como objetivo principal sanar os prejuízos na aprendizagem causados pela pandemia da COVID-19, concentrando-se exclusivamente nesses dois componentes curriculares. Diante disso, torna-se essencial analisar o material didático fornecido pelo EPV, que, conforme observado durante minha experiência de estágio supervisionado, tem sido utilizado na prática como livro didático pelas escolas. Ainda durante o estágio, constatei que os livros didáticos dos demais componentes curriculares têm sido direcionados como atividades para casa, os estudantes continuam a ter acesso a esse material,

mas só quando se propõem a fazer a atividade em casa, o que demanda acompanhamento dos pais, o que nem sempre acontece.

Dessa maneira, o material de análise deste estudo foi a apostila do EPV, nomeadamente o material destinado à Língua Portuguesa para o 2º ano do ensino fundamental. A escolha desse material foi motivada pelo enfoque dado ao componente de Português no município e pela indisponibilidade do material de Matemática. Vale destacar que, no primeiro bimestre de 2025, os estudantes não receberam o material do EPV impresso. Coube às escolas e professores a responsabilidade de imprimir os conteúdos enviados pelo programa, diariamente ou semanalmente, ou, alternativamente, solicitar que os alunos copiassem as atividades nos cadernos. Essa situação dificultou o acesso ao material, uma vez que sua impressão não foi garantida e nem todas as unidades escolares ou docentes conseguiram realizá-la.

Conforme expressam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), a pesquisa documental é “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” onde essa análise pode partir de diferentes fontes.

Para selecionar esse material, foi necessário ir às escolas de Guarabira-PB, diante disso foi selecionada uma das escolas do município localizada na área urbana para realizar a análise do material. A escolha por essa escola e pelo 2º ano do ensino fundamental se deveu, primeiramente, à minha participação no PIBID quando tive a oportunidade de observar de perto as dinâmicas dessa instituição, o que me aproximou dela, permitindo que tivesse acesso mais facilmente ao campo de investigação para a coleta de dados. Além disso, o 2º ano do Ensino Fundamental está diretamente vinculado às avaliações externas, o que o torna um foco de atenção e preocupação para os sistemas de ensino municipais. Isso reforça a importância de analisar como seu material didático-pedagógico está estruturado.

A partir disso, o material foi analisado com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que apresenta enquanto principal função o esclarecimento crítico acerca de determinado assunto problematizado em pesquisa científica. Sendo assim, Bardin (2011) defende que a análise de conteúdo se constitui como um método empírico onde trata-se de um conjunto de instrumentos de origem metodológica em constante aperfeiçoamento que se aplicam aos mais variados campos de estudo sendo intrinsecamente diversificados e subjetivos.

Neste âmbito, Bardin (2011) destaca que a análise de conteúdo pode assumir diferentes funções, dependendo dos objetivos do pesquisador. Para a presente investigação, foram privilegiadas duas funções principais: a **função heurística**, que tem como finalidade a descoberta e a produção de novos conhecimentos a partir do material analisado, conferindo objetividade e direcionamento ao estudo; e a **função de administração de prova**, que se refere à verificação da consistência e da validade das informações extraídas, permitindo avaliar a veracidade dos dados trabalhados durante a análise (Bardin, 2011).

Assim, a aplicação desses princípios ocorreu por meio da análise do material didático utilizado nas escolas públicas do município de Guarabira-PB, com foco específico na forma como a **representação da população negra** é articulada nesse conteúdo. Desse modo, o corpus documental foi examinado em busca de categorias que evidenciassem a presença (ou ausência) de estereótipos, narrativas e a verificação dos contextos em que pessoas negras são representadas, possibilitando identificar padrões, omissões e possíveis avanços em termos de uma educação antirracista.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Reflexões sobre o material didático de Guarabira-PB: impactos do Programa Educar Pra Valer na educação pública

Em primeiro momento, antes mesmo de focar na análise da problematização levantada nesse artigo, podemos perceber a lacuna em que a educação fundamental no município de Guarabira se encontra nos últimos anos mediante a escolha por substituir o material didático, que como vimos anteriormente, é escolhido por profissionais e professores da área através do PNLD, por uma apostila proveniente do programa EPV. Segundo estudo recente

O **Programa Educar pra Valer** é uma iniciativa de apoio técnico e pedagógico voltada para a melhoria da educação pública, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Desde 2023, ele vem sendo implementado no município, tendo sua origem em uma empresa privada no estado do Ceará. O Programa tem por objetivo acelerar o processo de alfabetização e minimizar os prejuízos causados pela interrupção das atividades escolares durante a pandemia de Covid-19 que durou de 2020 até 2022 (Ribeiro, 2024).

A substituição foi inicialmente pensada como uma forma de beneficiar os alunos que, de alguma maneira, foram prejudicados naquele período. No entanto, o programa passou a ser implementado com caráter obrigatório, exigindo dos professores o cumprimento integral das atividades propostas, inclusive com prazos definidos para sua realização. Diferentemente do livro didático, que funcionava como um dos recursos de apoio ao trabalho docente, a apostila do EPV passou a ser o único material permitido, com a imposição de que os professores seguissem diariamente o cronograma estipulado. Com isso, o programa tem reduzido significativamente a autonomia docente, ao se configurar como uma espécie de roteiro prescrito, limitando a flexibilidade e a capacidade de adaptação do professor às necessidades reais da sua turma. De acordo com Saviani (1999, p. 105) “ao transferir para instituições privadas a responsabilidade de definir conteúdos e métodos, esvazia-se a função docente de pensar criticamente sua prática, comprometendo a formação integral dos estudantes”.

Sendo assim, a apostila do Programa Educar Para Valer de língua portuguesa apresenta uma proposta funcionalista, configurando-se como um caderno de atividades simples, com escassa presença de elementos que estimulem a subjetividade, a reflexão crítica ou a compreensão contextual dos conteúdos. O intuito do material parece ser o de que o aluno seja alfabetizado mesmo que não compreenda aquilo que está lendo ou escrevendo, conforme pode ser visto a seguir:

Foto 01: Atividade material EPV

CADERNO 1 - Língua Portuguesa 2º ANO

Atividade 35

1. LEIA O TEXTO.

DOCINHO DE LEITE EM PÓ

INGREDIENTES:

- 1 XÍCARA DE LEITE EM PÓ
- MEIA LATA DE LEITE CONDENSADO
- 5 COLHERES DE AÇÚCAR DE CONFEITEIRO

MODO DE PREPARO:

1. MISTURE O LEITE EM PÓ E O LEITE CONDENSADO.
2. AMASSE BEM ATÉ FICAR UMA MASSA PEGAJOSA.
3. ADICIONE O AÇÚCAR DE CONFEITEIRO AOS POU-
COS ATÉ DAR UM PONTO MAIS FIRME.
4. ENROLE E DEIXE DESCANSAR.

RENDIMENTO:
20 A 30 DOCINHOS

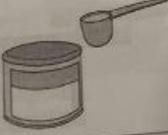
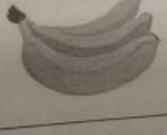
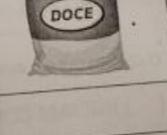
LER & LEGAL

Texto elaborado para fins didáticos.

CONVERSANDO COM O TEXTO!

2. QUAL É O TÍTULO DA RECEITA?

3. QUAL INGREDIENTE DA RECEITA É MEDIDO:
EM XÍCARAS? _____
EM COLHERES? _____
4. ESTA RECEITA RENDE QUANTOS DOCINHOS? _____
5. ESCREVA O NOME DOS ALIMENTOS E CIRCULE OS QUE SÃO CITADOS NO TEXTO.

| | | | |
|---|---|--|---|
|  |  |  |  |
| _____ | _____ | _____ | _____ |

Página 107

Lyceum Consultoria Educacional Ltda.

Fonte: Acervo da autora, 2025

A imagem ilustra uma das diversas atividades presentes no material do EPV. Nela, há um texto com uma receita de bolinho de leite em pó e, ao lado, a ilustração de uma cozinheira negra. No entanto, essa representação não contribui diretamente para o desenvolvimento da receita ou para a resolução da atividade, funcionando apenas como um gesto simbólico de representatividade. Ao nos depararmos com essa e outras atividades semelhantes, torna-se evidente a superficialidade da tentativa de inserção da cultura negra. A representatividade, nesse caso, carece de profundidade e propósito, revelando uma abordagem vazia de contextualização e recheada de estereótipos, tendo em vista que o intuito não foi o de valorizar a cultura negra, mas sim trazer uma imagem de uma mulher negra na cozinha. A imagem também levanta um estereótipo das escravas domésticas, que atualmente seriam as empregadas, pois as mulheres negras são constantemente vistas como subalternas e subservientes exercendo o trabalho nas cozinhas dos sujeitos brancos.

Esse resgate histórico-cultural faz-se necessário pois de acordo com Carneiro (2005) a valorização da herança africana é um passo indispensável para que negros e negras possam se ver como sujeitos históricos, com uma contribuição inestimável para a sociedade brasileira.

Dessa forma, é necessário que haja uma valorização da cultura afro-brasileira, que busque dialogar com a realidade dos alunos e que as contribuições históricas da população negra e os seus saberes sejam reconhecidos. Pois, quando o material didático é limitado, sem aprofundar o valor cultural e histórico, influencia desse modo, uma educação que não valoriza a diversidade, ignora a cultura, histórias e identidades negras, ocasionando o impedimento de que certos povos, em específico os negros, se sintam representados e valorizados.

Sendo assim, a escolha por utilizar apostilas padronizadas no processo de educação pode denotar diversas problemáticas como a falta de autonomia dos docentes, tendo em vista que de acordo com Perrenoud (1993), a autonomia docente não é apenas o direito de escolher como ensinar, mas a capacidade crítica e profissional de tomar decisões pedagógicas e contextualizadas. Mediante a isso, o material do EPV, com conteúdo e tempo rigidamente definidos para o desenvolvimento das atividades, tende a transformar o professor em mero executor de instruções didáticas, restringindo sua capacidade de adaptação ao contexto sociocultural de sua turma.

4.2 Representação da pessoa negra no material didático de Guarabira-PB: silenciamentos, estereótipos e possibilidades de resistência

No que se refere à representação da população negra, observa-se um esforço pontual de inclusão, com personagens negros ocupando papéis variados que, historicamente, foram reservados a indivíduos brancos. Ainda que esse aspecto represente um avanço no tocante à diversidade, sua abordagem ocorre de forma superficial e desarticulada de uma proposta pedagógica mais ampla voltada à valorização da identidade negra e ao enfrentamento do racismo estrutural.

Sendo assim, o material apresenta historinhas com personagens negros, mas em momento algum contextualizam eles com os mais variados tipos de textos e de atividades provenientes dele, como se não fizesse diferença alguma ter ou não um personagem sendo ele branco ou negro. Como podemos ver a seguir:

Foto 02: Atividade material EPV

CADERNO 1 - Língua Portuguesa 2º ANO

Atividade 26

1. LEIA.

A BAILARINA Cecília Meireles **LER É LEGAL**

ESTA MENINA
TÃO PEQUENINA
QUER SER BAILARINA.

NÃO CONHECE NEM DÓ NEM RÉ
MAS SABE FICAR NA PONTA DO PÉ.

NÃO CONHECE NEM MI NEM FÁ
MAS INCLINA O CORPO PARA CÁ E PARA LÁ.

NÃO CONHECE NEM LÁ NEM SI,
MAS FECHA OS OLHOS E SORRI.

**RODA, RODA, RODA COM OS BRACINHOS NO AR
E NÃO FICA TONTA NEM SAI DO LUGAR.**

PÕE NO CABELO UMA ESTRELA E UM VÉU
E DIZ QUE CAIU DO CÉU.

ESTA MENINA
TÃO PEQUENINA
QUER SER BAILARINA.

MAS DEPOIS ESQUECE TODAS AS DANÇAS,
E TAMBÉM QUER DORMIR COMO AS OUTRAS CRIANÇAS.

MEIRELES, Cecília. O quisto ou aquilo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CONVERSANDO COM O TEXTO!

2. QUAL É O DESEJO DA MENINA DO POEMA?

3. VOCÊ SABE O QUE SÃO AS PALAVRAS DÓ, RÉ, MI, FÁ, LÁ, SI?

4. COPIE DO TEXTO AS PALAVRAS QUE RIMAM COM BAILARINA.

Lyceum Consultoria Educacional Ltda. Página 80

Fonte: Acervo da autora, 2025

A apostila não entrega nada mais que isso, como podemos observar na imagem anterior. Existe uma representatividade, porém ainda de forma simples, principalmente quando analisamos os enunciados de questões, textos e historinhas interativas que ajudam no aprendizado. O material não contextualiza o personagem em nada, fazendo com que sua presença não seja tão importante, porque o foco principal é o trabalho com a gramática e ensinar a criança a apropriação da língua escrita. Isso ocorre devido a proposta curricular que embarga o sistema educativo, conforme Apple (2005, p. 71) aponta

a educação está intimamente ligada à política da cultura. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo.

Compreendemos assim que o currículo é um fator determinante para a garantia dessa representatividade negra nos livros didáticos. Dessa forma garantir não apenas os objetivos de aprendizagem, mas também garantir que crianças e jovens conheçam sua história, como também se reconheçam nela. Com isso baseando-se nas análises dos materiais investigados compreende-se que, as imagens observadas não trazem uma contextualização sobre as ilustrações. A etnia ou cor da pele dos personagens tornam-se detalhes irrelevantes, pois estão inseridos apenas como figuras ilustrativas, desvinculadas de qualquer narrativa que valorize a identidade negra ou problematize as relações étnico-raciais no contexto educacional.

Como já foi citado anteriormente, o material que foi analisado correspondia ao 2º ano do ensino fundamental onde teve como principal objetivo de ensino o aprimoramento da alfabetização, da linguística e da matemática. Nesse nível as crianças de até sete anos de idade ampliam as suas habilidades de leitura, escrita, expressão oral juntamente do conteúdo básico específico para essa série. Entretanto, por causa do EPV, os professores têm aumentado seu foco no trabalho com o conteúdo da Língua Portuguesa. Esse foco tem contribuído para o apagamento de outras discussões em sala de aula e reduzido o currículo da escola à aprendizagem quase que exclusiva de Português e Matemática. O material didático, portanto, representa o empobrecimento do currículo, apresentando atividades de reconhecimento dos diferentes gêneros textuais e utilizando os textos como pano de fundo para trabalhar a gramática.

Sobre isso, Cida Bento (2022) reflete que a presença negra no processo educacional precisa ir além do simbolismo, sendo necessário garantir uma inclusão verdadeiramente efetiva, promovendo não apenas o protagonismo, mas também o reconhecimento das identidades negras desde a infância e dos primeiros contatos com a sala de aula.

Mediante essa situação, torna-se difícil inserir conteúdos que permitam a contextualização sobre a importância da representatividade negra no processo de aprendizagem dos alunos. Se, nessa etapa escolar, os alunos já são considerados aptos para terem seus conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática avaliados, é igualmente importante fazer uma introdução sobre as questões étnico-raciais e seu papel para a constituição da sociedade brasileira. Em seguida, analisamos aqui mais uma imagem do material didático do EPV onde apresenta uma fada negra associada a culinária, o que poderia indicar um reforço do estereótipo da mulher negra na cozinha, citado anteriormente:

Foto 03: Atividade material EPV

CADERNO 1 - Língua Portuguesa

Atividade 18

1. LEIA O TEXTO

ERA UMA VEZ

ERA UMA VEZ...
 UMA FADA
 QUE VIVIA NA COZINHA
 PEGAVA FARINHA,
 OVO, FERMENTO,
 UMA COLHER DE VENTO,
 UM POUCO DE AÇÚCAR,
 TRÊS BATIDAS NA PORTA
 E... SCAPLAM
 SURTIU UMA TORTA.
 [...]

LER É LEGAL

2. O QUE A FADA FAZIA NA COZINHA?
 Preparava uma torta

3. PARA FAZER UMA TORTA, A FADA PRECISA DE QUAIS INGREDIENTES?
 farinha, ovo, fermento, vento e açúcar

4. ESTE TEXTO É
 (A) UMA TIRINHA. (B) UM POEMA. (C) UMA LENDA.

5. A PALAVRA SCAPLAM REPRESENTA
 (A) O BARULHO DO FOGÃO. (B) O SOM DA VARINHA.
 (C) O SOM DOS OVOS QUEBRANDO.

6. QUAL DAS FIGURAS ABAIXO É UMA FADA? CIRCULE.

Lyceum Consultoria Educacional Ltda. Página 56

Fonte: Acervo da autora, 2025

A atividade dezoito do EPV de Língua Portuguesa também possui uma pequena história onde narra uma fada realizando a preparação de uma torta, logo em seguida vem uma pequena atividade para ser respondida mediante os elementos encontrados na narrativa. O que mais chama a atenção aqui é o fato de possuir duas fadas, primeiro a que está representada figurativamente e é negra e a segunda que é branca contextualizada em uma questão onde o estudante deve escolher no meio de outras figuras como uma faca, e um fantasma, qual produziu a torta. Para responder a questão a cor da pele das fadas não é relevante. São duas fadas, porém a história que contextualiza essas personagens, não faz nenhuma alusão a essa característica, fazendo com que passe despercebida até mesmo pelo professor. Isso é apenas uma das diversas tentativas superficiais de representatividade negra nesse material.

Como discutido anteriormente neste trabalho, a representatividade negra nos materiais didático-pedagógicos desempenha um papel fundamental no processo educativo, especialmente para os alunos negros. Ela promove uma transformação no contexto social, não apenas para

esses estudantes, mas para toda a sociedade, que historicamente reproduz, muitas vezes de forma inconsciente, práticas discriminatórias. A inclusão de referências negras de forma positiva e significativa no ambiente escolar é um passo importante para o resgate identitário e para a construção de uma educação mais justa e igualitária.

De acordo com Nilma Gomes Lino (2005) a ausência dessas representatividades positivas de negros no currículo escolar contribui de forma significativa para o racismo, sendo preciso valorizar a história e a cultura africana e afro-brasileira desde a infância.

4.3 A Construção da Identidade Negra na Escola e na Sociedade

Como podemos observar no decorrer desse artigo, as representações de pessoas negras nos livros didáticos desempenham um papel fundamental na construção da identidade de crianças negras, especialmente durante a fase de desenvolvimento em que elas estão formando sua autoestima e senso de pertencimento social. Sendo assim, quando essas crianças veem sujeitos negros retratados de forma positiva, ativa e plural nos materiais escolares, sentem-se valorizadas e reconhecidas, o que contribui para o fortalecimento de sua identidade racial.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2005, p.45), “a ausência ou a presença negativa de negros nos currículos escolares e nos livros didáticos contribui para a desvalorização da identidade das crianças negras e para a naturalização do racismo”. Ou seja, quando o material didático silencia ou estereotipa a presença negra, isso reforça estruturas discriminatórias, levando muitas crianças a internalizarem sentimentos de inferioridade.

No material analisado, observa-se a presença de práticas estereotipadas, como a representação da mulher negra associada à cozinha, o que remete à figura da “escravizada doméstica” — papel ressignificado na atualidade como o de empregada doméstica. Essa representação é feita sem qualquer contextualização com a atividade proposta ou com o conteúdo do texto, o que reforça estigmas em vez de combatê-los. Nesse sentido, a simples inclusão de pessoas negras nas ilustrações não garante, por si só, uma abordagem antirracista. É fundamental que essas representações sejam acompanhadas de conteúdos que valorizem a identidade, a trajetória e a contribuição da população negra para a sociedade brasileira. Além disso, é preciso atenção redobrada para que formas sutis de racismo estrutural — como a repetida associação da mulher negra a papéis de subserviência — não sejam reproduzidas e naturalizadas no ambiente escolar.

Além disso, a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, é um marco legal que reconhece a importância da representatividade no ambiente educacional, sendo assim, autores como Kabengele Munanga (2003) argumentam que a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras no currículo é essencial para desconstruir visões eurocêntricas e combater o racismo estrutural desde a infância. Porém, no material didático analisado nesta pesquisa, percebe-se que essa representatividade acontece de forma estereotipada, pois a imagem da mulher negra associada ao trabalho na cozinha é um estereótipo. Assim, a imagem da mulher negra, frequentemente vinculada aos trabalhos domésticos é sim uma forma de racismo estrutural.

Ao analisar a obra de Souza (2011), podemos perceber que a construção da identidade do indivíduo caracteriza-se como um processo social e político, tendo o reconhecimento da sua história e cultura como alicerce na busca de empoderamento, sendo assim, quando crianças negras encontram nos livros didáticos imagens e narrativas que possam valorizar sua cultura, ancestralidade e participação histórica, desenvolvem um senso de orgulho racial e pertencimento.

Ao refletirmos sobre a construção da identidade negra a partir da visão de Souza (2011) podemos perceber que esse processo é social, político e profundamente marcado pela

necessidade de reconhecimento da história e da cultura negra. Porém, existe um grande paradoxo sobre essa questão, que seria como essa identidade pode se consolidar se o espaço escolar, especialmente os materiais didáticos, ainda falha em oferecer representações afirmativas da população negra?

A ausência de imagens, narrativas e referências negras nos livros escolares é mais do que uma lacuna é uma expressão do racismo estrutural que naturaliza a centralidade do branco como sujeito histórico e universal, ao mesmo tempo que marginaliza ou silencia o negro. Isso gera uma situação em que, como aponta Frantz Fanon (2008), o sujeito negro é “olhado” sempre pela perspectiva do outro, isto é, pela lente de uma cultura dominante que nega sua humanidade e subjetividade. Fanon afirma que, nesse contexto, o negro “introjeta” um sentimento de inferioridade, pois lhe faltam os instrumentos simbólicos para se reconhecer como sujeito de valor.

Sendo assim no espaço escolar, isso se traduz na vivência de estudantes negros que não se veem nos livros, nas histórias, nas ciências, nas imagens de representação de sucesso e bem estar físico, financeiro e social. Muniz Sodré (1999) denuncia esse fenômeno como uma “orfandade simbólica”, em que a pessoa negra não encontra no repertório cultural hegemônico os elementos necessários para construir uma autoimagem positiva.

Mediante o que foi discutido anteriormente, percebe-se a importância que esse resgate e construção da identidade negra denota na vida dos alunos e na edificação de uma sociedade igualitária para todos, sendo assim, é extremamente importante que mesmo que o material didático utilizado dentro da sala de aula não contemple essa significância, cabe ao profissional docente ter uma formação que contemple e dê importância para essas questões, principalmente no cotidiano escolar.

Portanto, é essencial que os livros didáticos possam apresentar representações diversas, positivas e realistas de pessoas negras, não apenas como figuras de um passado escravocrata, ou socialmente fragilizados, mas como protagonistas em diferentes contextos históricos, científicos, artísticos e culturais da sociedade brasileira e do mundo. Essa abordagem pode ampliar as possibilidades de identificação das crianças negras com o conteúdo escolar, promovendo uma educação antirracista e inclusiva para todos, contribuindo para que no futuro essa estruturação racial seja erradicada da sociedade.

5 CONCLUSÃO

A análise da representatividade negra nos materiais didáticos utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Guarabira revela a necessidade e importância de uma abordagem que seja comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial onde possa utilizar essa característica como estratégia formativa essencial para a construção da identidade de crianças negras. E isso demonstra-se extremamente preocupante, pois a forma que os sujeitos negros são apresentados – ou, muitas vezes, invisibilizados – nesses materiais impacta diretamente na maneira como essas crianças se percebem e se posicionam no mundo.

Diante disso, compreendemos que a pesquisa, ao responder sua pergunta norteadora, evidencia que os materiais do EPV – que estão substituindo o material escolar didático proveniente dos programas federais – não apresentam um incentivo para tratar de questões étnico raciais, nem uma representação clara. A preocupação principal desse material didático é instrumentalizar as crianças na aprendizagem da leitura e da escrita. Além disso, apresentam estereótipos demarcados por um racismo estrutural, nomeadamente no que se refere ao papel da mulher negra na sociedade.

Sendo assim, os dados levantados ao longo deste trabalho demonstram que, embora haja avanços decorrentes da implementação da Lei 10.639/2003, não vimos nesse material a presença frequente de conteúdos relacionados à cultura e à história afro-brasileira, resultando

em diversas lacunas significativas. Assim, compreendemos que a representação negra no material analisado continua sendo bastante superficial o que pouco contribui para o fortalecimento de uma identidade positiva entre as crianças negras. As tentativas de reforço positivo dessa representatividade mostram-se frágeis e pouco expressivas, a ponto de muitas vezes passarem despercebidas, inclusive pelos próprios docentes.

Como apontam Gomes (2005) e Munanga (2003), a presença qualificada da história, cultura e protagonismo negro no espaço escolar é fundamental para a desconstrução de práticas racistas e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. No contexto específico de Guarabira, também se observa a necessidade de formação continuada dos docentes a respeito dessa inclusão identitária, levando em consideração que, no período de análise do material, não pude observar no espaço escolar nenhuma iniciativa dos docentes ou dos gestores que fizesse esse resgate histórico-cultural. Portanto, também cabe uma revisão crítica dos materiais pedagógicos adotados e o envolvimento das comunidades escolares no enfrentamento ao racismo estrutural que permeia a educação básica.

Dessa forma, conclui-se que a representatividade negra nos materiais didáticos deve ser pensada não como uma concessão simbólica, mas como uma ferramenta pedagógica potente na construção de identidades saudáveis, no fortalecimento do pertencimento racial e na promoção da equidade. O reconhecimento das crianças negras como sujeitos históricos, culturais e sociais plenos é um passo indispensável rumo à democratização do espaço escolar e à efetivação de uma educação antirracista e transformadora.

Assim, futuras investigações podem ampliar este estudo no seguinte questionamento: De que forma os(as) docentes desenvolvem e articulam práticas pedagógicas relacionadas às temáticas étnico-raciais no contexto do EPV?

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

BRANDÃO, Zaia. A dialética macro/micro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, 2001.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 31 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2008, Seção 1, p. 31

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, p. 374–389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PydYSVHnz3g88S6MrkfLR8F/>. Acesso em: 31 maio 2025.

FREITAS, Lorena de Melo; CECATO, Maria Áurea Baroni. A educação como patrimônio cultural no quadro teórico de Anísio Teixeira. **Cadernos de Direito Atual**, n. 5, 2017. Disponível em: <https://www.cadernosdedereitoactual.es/index.php/cadernos/article/download/161/102>. Acesso em: 31 maio 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2003 [1933].

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a igualdade racial: reflexões e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: repensando a educação a partir da Lei 10.639/03. *In: Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **IPEA**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 70, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 31 maio 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 63, p. 86-87, nov. 1987. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1279>. Acesso em 31 de Maio de 2025.

OLIVEIRA, Sophia Grubits Gonçalves. **A construção da identidade infantil em crianças da periferia**. Campinas, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 62, p. 3-34, 1987.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Gustavo. **Após tanto negar, Luísa Sonza confirma que cometeu racismo**. Veja, São Paulo, 04 jun. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/apos-tanto-negar-luisa-sonza-confirma-que-cometeu-racismo/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que sempre esteve ao meu lado e me deu forças, sabedoria e persistência para que eu conseguisse permanecer na universidade mesmo diante de tantos desafios. Especialmente quando muitas vezes pensei em desistir e não me sentia capaz de continuar na carreira acadêmica, Ele me mostrou que conseguiria seguir adiante para que eu me sentisse pertencente a este lugar que tanto me trouxe alegrias e esperanças de transformar minha realidade. Mesmo que muitas vezes se tornasse dolorosa esta jornada, Ele me guiou com a sua misericórdia para conseguir realizar este sonho de me formar e tornar apta para a licenciatura. Como também, a adolescente que um dia fui, que mesmo insegura, mesmo quando a esperança parecia acabar, moveu-se não persistência de seguir em frente.

Minha eterna gratidão aos meus pais que sempre estiveram comigo, me apoiando e sendo o meu chão é meu abrigo nas alegrias e tristezas da vida. Quero agradecer principalmente a minha mãe, Maria da Luz Oliveira, que sempre foi meu chão, a razão da minha existência e a luz da minha vida. o grande amor da minha vida, que sempre me apoiou e fez o possível e o impossível para eu me tornar a pessoa que sou hoje. Ao meu pai, Antônio João dos Santos, que mesmo em silêncio esteve presente e me apoiou nos meus estudos, apesar de não ter conseguido estudar para ter que trabalhar no sol das lavouras, sempre desejou que eu conseguisse me formar e transformar minha vida através dos estudos.

Agradeço ao meu querido marido Lucas Granjeiro, meu grande amor, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado nessa trajetória me incentivando e acalmando meu coração nos dias difíceis e me fazendo acreditar que eu seria capaz de me formar como professora. Obrigada por todo amor, paciência e incentivo, sua parceria foi essencial em cada etapa deste processo. Sou imensamente grata por ter você ao meu lado.

Agradeço às minhas amigas, Ana Mônica e Marineide que sempre estiveram comigo nesta jornada acadêmica, me acolheram desde os primeiros períodos da faculdade e me fizeram sentir amada, tornando esta jornada mais divertida e prazerosa. Às minhas amigas, Ana Beatriz, Rayane e Rosilene Fernandes, que me fizeram sentir acolhida e amada, transformando meus dias mais alegres na faculdade. Sem vocês eu não conseguiria concluir a faculdade, levarei a amizade e carinho por vocês pra vida, nossa amizade foi uma grande surpresa que a faculdade pode me proporcionar e com isso dividimos alegrias, inseguranças e conquistas me proporcionando memórias incríveis.

Agradeço à minha orientadora Professora Maria Júlia, pela paciência, estímulo e por todas as orientações que tornaram possível a conclusão dessa pesquisa e defesa de TCC, principalmente pelo o apoio e dedicação nas orientações, agradeço por aceitar fazer parte desse grande passo na minha vida.

Agradeço a banca avaliadora, deixo meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade e contribuições que irão enriquecer ainda mais este trabalho.

Meus agradecimentos a todos que fizeram parte dessa trajetória, a todos os meus amigos companheiros de sala, a todas as pessoas que participaram e contribuíram para a construção da minha identidade de estudante de Pedagogia para futura docente. Obrigada por tudo.